



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DE POLÍTICAS MARÍTIMAS

RELATÓRIO DE CONTAS 2022

(01 de janeiro a 31 dezembro 2022)



Nota Introdutória

Através do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2022/A, de 29 de abril, foi aprovada nova orgânica do XIII Governo Regional, na qual se procedeu à criação da Direção Regional de Políticas Marítimas (DRPM), que passou a assumir a generalidade das competências atribuídas à Direção Regional dos Assuntos do Mar (DRAM), a qual foi extinta pelo mesmo diploma legal.

O referido Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2022/A, de 29 de abril, manteve a Secretaria Regional do Mar e das Pescas, órgão operativo do Governo Regional que tem como missão definir e executar a política regional em matéria de oceanografia e investigação marinha aplicada, pescas e aquicultura, valorização e preservação do meio marinho, ordenamento do espaço marítimo até ao limite exterior da zona económica exclusiva, ordenamento e cogestão integrada com o Estado, do espaço marítimo para além do limite exterior da zona económica exclusiva, definição e gestão da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores, atividades marítimo -turísticas, cooperação com a Autoridade Marítima Nacional, colaboração com a investigação científica marinha e inspeção de pescas e usos marítimos. Na dependência deste departamento governamental, encontra-se a Direção Regional de Políticas Marítimas, cuja orgânica se encontra atualmente prevista na Subsecção IV do Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2022/A, de 4 de novembro.

Nos termos do Despacho n.º 706/2023, de 21 de abril, da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública e da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, foi criada a entidade contabilística A028 – Direção Regional de Políticas Marítimas (DRPM), dotada de autonomia administrativa.

O presente relatório tem como objetivo a apresentação da Conta de Gerência da DRPM, relativa ao exercício económico de 2022, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), a Instrução n.º 1/2019-PG, publicada no Diário da República, 2ª série, n.º46, de 6 de março e a Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), doravante designado apenas por SNC-AP, vem permitir dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente, para além de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DE POLÍTICAS MARÍTIMAS

permitir, também, a uniformização dos procedimentos. O SNC-AP passa então a contemplar os três subsistemas de contabilidade: orçamental, financeira e de gestão.

Nos termos do art.º 350º, n.º 1 da Lei n.º 75-B/2020, de 31/12, que aprova o Orçamento de Estado para 2021, os Serviços Integrados estão dispensados da certificação legal de contas.

Nas notas que adiante apresentamos, damos conta das informações relevantes para melhor compreensão das demonstrações financeiras, tendo por base as características qualitativas principais da informação, designadamente, a relevância, a fiabilidade, a compreensibilidade, a oportunidade, a comparabilidade e a verificabilidade. As notas não aplicáveis ou materialmente irrelevantes foram omitidas. Os respetivos quadros solicitados, quando aplicável, encontram-se reportados em anexo.

Todas as referências feitas à DRPM no exercício de 2022, englobam igualmente a extinta DRAM.

Os documentos relativos à prestação de contas serão disponibilizados no portal institucional da DRPM, no seguinte endereço:

<https://portal.azores.gov.pt/web/drpm/contas-de-gerência>

I - Processo e Desempenho Orçamental

O orçamento da entidade DRPM enquadra-se nas designações orgânicas 08, capítulo 02, divisão 01, para as despesas no âmbito do Orçamento de Funcionamento e capítulo 50, programa 07, projetos 6, 7 e 8 respetivas ações, no âmbito do Plano de Investimentos.

Através do DRR n.º 6/2022/A de 29 de Abril, foi extinta a DRAM e criada a DRPM, que passou a assumir a generalidade das competências atribuídas à extinta DRAM, excetuando-se as respeitantes à extinta Direção de Serviços de Gestão Costeira e Licenciamentos (DSGCL), cujas competências genericamente transitaram para a Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH) tutelada pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Ao longo do ano de 2022, o montante global do Plano de Investimentos da DRPM sofreu a alteração decorrente da extinção da DRAM e transferência para a DROTRH dos saldos orçamentais afetos à extinta DSGCL, designadamente os afetos ao programa 07, Projeto



06. Desta forma, foram transferidos 335.274€ para a DROTRH em 26/05/2022, tendo sido o orçamento revisto de 4.378.958€ a partir dessa data.

O orçamento de funcionamento teve como dotação inicial de 678.500,00€, não tendo tido qualquer reforço.

A execução orçamental encontra-se explanada no relatório de gestão da DRPM.

I.1 – Demonstração de desempenho orçamental

Esta demonstração evidencia as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos efetuados no período de relato.

O mapa está reportado em anexo.

II.2 – Demonstração de execução orçamental da receita

Esta demonstração permite o controlo da execução orçamental da receita durante o período contabilístico.

O mapa está reportado em anexo.

II.3 – Demonstração da execução orçamental da despesa

Esta demonstração permite o controlo da execução orçamental da despesa durante o período contabilístico.

O mapa está reportado em anexo.

II - Processo e Desempenho Financeiro

II.1 - Balanço

O balanço representa todos os bens, direitos e as obrigações que uma entidade possui, sendo de apresentação obrigatória aquando do fecho de contas.

Relativamente aos itens do balanço, em 2022 a DRPM registou verbas em diferimentos, designadamente seguros, inscreveu verbas em acréscimos provenientes na sua maioria de encargos das instalações e custos com pessoal e registou quantias em proveitos diferidos provenientes dos valores de subsídios ao investimento referentes à aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis com recurso a financiamento comunitário, de acordo com as orientações provenientes da Circular Sai-DROT-GERFIP/2019/2634/MLS, espelhados na rubrica de outras variações no património líquido.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DE POLÍTICAS MARÍTIMAS

Ainda referente ao ativo corrente, evidencia-se um saldo de caixa e depósitos relativo às contribuições da entidade patronal e retenções a funcionários de dezembro, tanto do orçamento de funcionamento como do plano de investimentos, que transitaram para pagamento em janeiro.

No lado do passivo corrente evidenciam-se vários valores nas contas de dívidas a terceiros, entre eles os relativos às contribuições da entidade patronal e retenções a funcionários, bem como os valores relativos a faturação de fornecedores de 2022 que transitou para pagamento por conta de 2023.

O mapa está reportado em anexo.

II.2 - Demonstração de resultados

A Demonstração de Resultados apresenta os rendimentos e os gastos, durante o período de relato.

No montante evidenciado em outros rendimentos destaca-se a especialização anual dos subsídios, relativo aos ativos fixos tangíveis/intangíveis objeto de financiamento comunitário.

Relativamente à rubrica outros gastos, a mesma reflete o registo de reposições não abatidas no pagamento, relativas a revisões de preços de fecho de empreitadas a favor da DRPM e a vencimentos, bem como de quotizações.

Registou-se um decréscimo na generalidade das rubricas de gastos, sendo de destacar os fornecimentos e serviços externos e os gastos com pessoal. Por outro lado, registou-se igualmente um decréscimo na principal rubrica de proveitos, respeitante a transferências e subsídios correntes obtidos (transferências correntes).

O mapa está reportado em anexo.

II.3 – Demonstração das alterações no património líquido

Este mapa reflete o património líquido e suas alterações ocorridas durante o presente exercício, incorporando os valores respeitantes aos resultados transitados, resultado líquido do exercício, bem como transferências e subsídios de capital.

O mapa está reportado em anexo.



II.4 - Fluxos de caixa

O montante a transitar para o saldo de gerência seguinte refere-se às contribuições da entidade patronal e retenções a funcionários de dezembro, que transitaram para pagamento em janeiro.

O mapa está reportado em anexo.

III – Anexo às Demonstrações Orçamentais

As alterações orçamentais do Plano de Investimentos e do Orçamento de Funcionamento são autorizadas superiormente de acordo com as respetivas competências.

Foram compiladas as alterações orçamentais efetuadas no período de relato, do orçamento de funcionamento e do plano nos anexos A028_modificações_OF_2022 e A028_modificações_Plano_2022, respetivamente.

III.1 – Alterações orçamentais da receita

O mapa está reportado em anexo.

III.2 – Alterações orçamentais da despesa

O mapa está reportado em anexo.

III.3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos

Não aplicável

III.4 – Operações de tesouraria

O mapa está reportado em anexo.

III.5-1 – Contratação administrativa – situação dos contratos

O mapa de contratação administrativa apresenta os contratos escritos celebrados, com pagamentos durante o exercício em análise. O mapa está reportado em anexo.

III.5.2 – Contratação administrativa – adjudicação por tipo de procedimento

O mapa está reportado em anexo.

III.6.1 – Transferências e subsídios concedidos

O mapa está reportado em anexo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DE POLÍTICAS MARÍTIMAS

III.6.2 – Transferências e subsídios recebidos

O mapa está reportado em anexo.

III.7 – Outras divulgações

Não existem outros acontecimentos considerados relevantes no período de relato.

IV - Anexo às demonstrações financeiras

IV.1 - Caracterização da entidade, período de relato e referencial contabilístico

IV.1.1 – Identificação da entidade e período de relato

Direção Regional de Políticas Marítimas

R. Cônsul Dabney, Apartado 9, 9900-014 Horta, Faial

Telefone: 292 202 400; Fax: 292 293 166; Email: info.drpm@azores.gov.pt

Código de Classificação Orgânica: Designação orgânica 08 – Secretaria Regional do Mar e das Pescas, capítulo 02 – Direção Regional de Políticas Marítimas, respeitante ao orçamento de funcionamento e Capítulo 50 – Despesas do Plano, Programa 7 – Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar, Projetos 6 – Gestão e Requalificação da Orla Costeira, 7 – Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha e 8 – Escola do Mar dos Açores, para as despesas do Plano de Investimentos.

Empresa A028 – DRPM, em GERFIP.

Tutela: Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Regime Financeiro: Autonomia Administrativa, Despacho n.º 706/2023 de 21 de abril

A DRPM está sediada na Horta.

Na sequência da constituição do XIII Governo Regional dos Açores, e conforme previsto no Decreto Regulamentar Regional nº 6/2022/A, de 29 de abril, a DRPM é tutelada pela Secretaria Regional do Mar e das Pescas, cuja orgânica se encontra prevista no Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2022/A, de 4 de novembro.

O Diretor Regional dos Assuntos do Mar, Pedro Manuel Mendonça das Neves, responsável pela entidade contabilística A028 – DRAM, cessou funções a 4 de maio de 2022, tendo sido substituído pelo atual Diretor Regional de Políticas Marítimas, Mário Rui

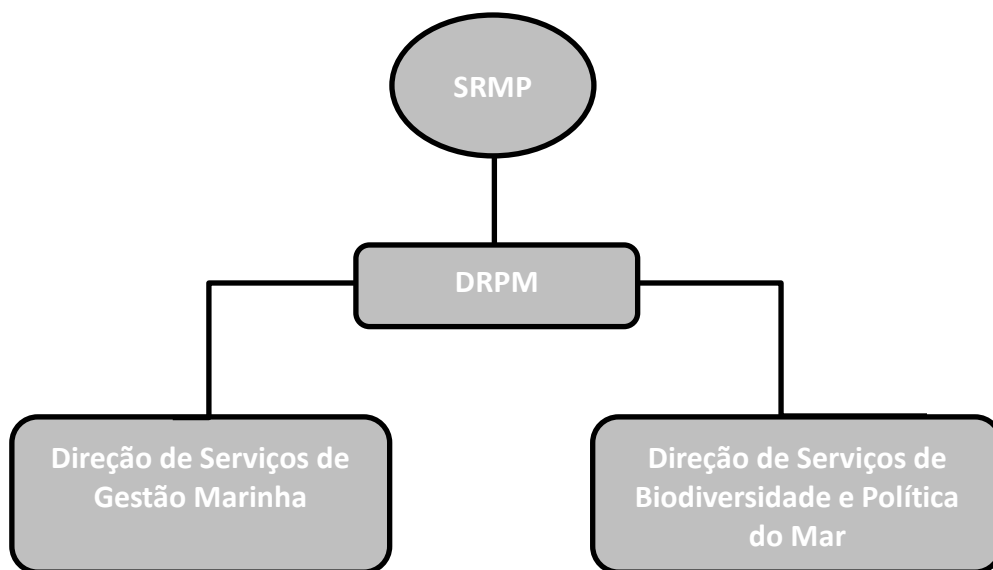


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DE POLÍTICAS MARÍTIMAS

Rilhó de Pinho, a 5 de maio de 2022, que passou a ser responsável pela entidade contabilística A028 – DRPM.

Tendo em consideração as datas de cessação do anterior responsável, foi solicitada a prestação de contas inteira em 2022 da entidade contabilística A028 – DRPM, evidenciando os períodos relativos a cada responsável.

Apresenta-se de seguida o organograma da DRPM.



A DRPM tem por missão contribuir para a definição da política regional para a valorização económica e ambiental do espaço marítimo dos Açores, nomeadamente através do seu ordenamento, da promoção do aumento do conhecimento sobre o meio marinho, do licenciamento para os usos do mar, incluindo atividades marítimo-turísticas, bem como da tomada de medidas com vista à preservação do seu bom estado ambiental e dos recursos aí existentes.

À DRPM encontram-se atribuídas as seguintes competências:

- Propor os objetivos, as prioridades e a estratégia para a formulação da política regional nos domínios da sua missão, bem como as medidas necessárias à concretização daquela política, incluindo o respetivo financiamento;
- Promover, elaborar, gerir e monitorizar planos, programas, projetos e medidas, bem como executar as ações que lhe sejam atribuídas, relacionadas com a implementação



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DE POLÍTICAS MARÍTIMAS

dos mecanismos de concretização da política regional, nacional ou comunitária, nos domínios da sua missão;

c) Contribuir para a formulação das orientações regionais, no âmbito das políticas ou disposições nacionais ou comunitárias, nos domínios da sua missão;

d) Promover e gerir a aplicação do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo da Região Autónoma dos Açores, em cumprimento da legislação regional, nacional e comunitária aplicável;

f) Exercer as funções de autoridade ambiental no meio marinho, nos termos legalmente fixados;

g) Cooperar na gestão do domínio público marítimo;

h) Colaborar com outras entidades no âmbito da prevenção e combate à poluição marinha, emitindo pareceres sobre programas específicos de prevenção e combate a acidentes graves de poluição, em áreas com incidência sobre os recursos marinhos;

j) Fomentar a utilização económica do mar e assegurar a sua sustentabilidade, com ênfase em novas atividades, designadamente utilização dos recursos minerais, energéticos, bioquímicos e genéticos;

k) Realizar, dinamizar e apoiar atividades de promoção, divulgação, sensibilização e educação ambiental, na sua vertente marinha, bem como a formação e divulgação técnica em matéria de ambiente e gestão de recursos do mar;

l) Promover a investigação científica marinha, identificando prioridades e favorecendo a inovação nos domínios da sua missão, em articulação com outros serviços com competência técnica na matéria e propor e executar projetos de investigação aplicada à conservação e sustentabilidade;

m) Coordenar e implementar a salvaguarda da biodiversidade marinha e a promoção da conservação da natureza, incluindo a gestão das áreas marinhas protegidas e delimitadas para a salvaguarda de espécies, habitats e outros valores ambientais;

n) Coordenar as atividades de monitorização e acompanhar a investigação e bioprospecção no Mar dos Açores;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DE POLÍTICAS MARÍTIMAS

- o) Promover a gestão integrada e a conservação dos recursos marinhos explorados ou afetados por atividades humanas, em articulação com outras entidades competentes na matéria;
- p) Cooperar com o departamento do Governo Regional com competência em matéria de transportes marítimos e com a DRP, no que respeita às temáticas portuárias;
- q) Cooperar com a Autoridade Marítima Nacional e demais entidades com competência de fiscalização de usos e atividades marítimas;
- r) Zelar pela implementação de orientações estratégicas com aplicação ao espaço marítimo e à economia do mar;
- s) Colaborar com outros serviços do Governo Regional com competência em matéria de cultura, temáticas relacionadas com o património marítimo, gestão do meio marinho costeiro, turismo, transportes e setor portuário;
- t) Garantir a divulgação generalizada de informação nos domínios da sua missão, ao público e a outras entidades, públicas ou privadas;
- u) Propor a aprovação de legislação regional nos domínios das suas competências;
- v) Pronunciar -se sobre documentação e legislação regional, nacional e comunitária, nos domínios das suas competências;
- w) Assegurar a implementação das medidas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes da Diretiva 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho, alterada pela Diretiva (UE) 2017/845, da Comissão, de 17 de maio, designada por «Diretiva Quadro Estratégia Marinha», e respetiva regulamentação, prestando apoio e informação a entidades que detenham as competências sobre determinados descritores;
- x) Acompanhar a articulação com os organismos regionais, nacionais, comunitários e internacionais nas áreas de relevância para o correto desempenho das suas competências;
- y) Exercer poderes que lhe são atribuídos no domínio da atividade marítimo -turística, em cooperação e integração com as direções regionais com competência em matéria de transportes marítimos, turismo e pescas, designadamente a gestão sustentável e licenciamento;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DE POLÍTICAS MARÍTIMAS

z) Assegurar a realização de outras tarefas que, no âmbito da sua área de competências, lhe sejam distribuídas ou cometidas à sua responsabilidade.

A DRPM é dirigida pelo Diretor Regional, Mário Rui Rilhó de Pinho.

Relação dos responsáveis pelos departamentos da DRPM no período de referência do relatório:

Direção de Serviços de Gestão Costeira e Licenciamentos: Fernando Jorge Almeida Pinto Cardoso (até à sua extinção em 04/05/2022)

Direção de Serviços de Gestão Marinha: sem titular

Direção de Serviços de Biodiversidade e Política do Mar: Gilberto Manuel Pinto Carreira

Relativamente ao número de efetivos reportados a 31 de dezembro de 2022, apresenta-se no quadro abaixo a respetiva discriminação por serviço/quadro e categoria.

Serviço	Dirigente / Gestor projeto	Especialista Informática	Téc. Superior	Assist. Téc.	Assist. Operac.	Prest. Serviço
DRPM Faial	2	1	12	3		5
DRPM S. Miguel			1			
TOTAL	2	1	13	3	0	5

As presentes demonstrações financeiras reportam-se ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022.

IV.1.2 – Referencial e organização contabilística e administrativa e demonstrações financeiras

Durante o período de relato foi seguido um conjunto de procedimentos, critérios e regras que garantem a execução da contabilidade de forma uniforme, rigorosa e criteriosa, de acordo com as normas aplicáveis, de acordo com o manual de normas de controlo interno.

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados da seguinte forma:

Despesas – por processo, o qual integra o n.º de processo de despesa, a informação de cabimento, a autorização da despesa, o n.º de compromisso, a nota de encomenda (quando aplicável), o documento comprovativo da despesa (fatura ou documento equivalente), o pedido de libertação de crédito (PLC), o pedido de autorização de pagamento (PAP) e o ofício comprovativo da transferência bancária efetuada. Estes



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DE POLÍTICAS MARÍTIMAS

processos estão arquivados por ordem sequencial de pagamento organizados de acordo com o n.º do PAP.

Outras Operações – Os Pedidos de Libertação de Crédito estão arquivados por número de documento do PLC.

O sistema informático GERFIP - Gestão de Recursos Financeiros, em modo Partilhado para a Função Pública, para a execução da contabilidade, assenta em mecanismos automáticos de geração de movimentos contabilísticos. Trata-se de um sistema de gestão financeira e contabilística em que os movimentos contabilísticos e patrimoniais são gerados à medida que as tarefas e as operações inerentes à execução orçamental são executadas.

O referencial contabilístico aplicado na preparação das demonstrações financeiras relativas à prestação de contas de 2022 foi o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), nos termos da Resolução nº 6/2022 do Tribunal de Contas, de 5 de janeiro.

Sempre que possível a informação comparativa foi divulgada relativamente ao período anterior.

De acordo com o art.º 5º da Lei nº 41/2020, de 18 de agosto, é suspensa até 2025 a aplicação do regime instituído no art.º 35º da Lei de Enquadramento Orçamental, concretizado através do quadro plurianual das despesas públicas.

Nos termos do ponto 1.4 das Notas Técnicas da Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, de 6 de março, até à plena entrada em vigor da Lei de Enquadramento Orçamental, as entidades sujeitas à aplicação do SNC-AP não estão obrigadas a entregar as demonstrações orçamentais e financeiras previsionais previstas na NCP 1 e na NCP 26, pelo que a DRPM não apresenta os mapas previsionais.

IV.2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

O critério usado na valorimetria das rubricas do balanço e da demonstração de resultados foi o custo de aquisição.

As amortizações do exercício foram calculadas pelo método das quotas constantes, com base na tabela prevista no classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DE POLÍTICAS MARÍTIMAS

ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, no seu anexo III, na sua redação atual.

A moeda funcional e de apresentação usada é o Euro.

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o pressuposto da continuidade.

De acordo com as Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pela Portaria nº 189/2016, de 14 de julho, foi adotado o limite inferior de 100€ para reconhecimento dos ativos fixos.

IV.3 – Ativos intangíveis

O mapa está reportado em anexo.

IV.4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

Não aplicável

IV.5 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição, o qual inclui qualquer custo diretamente indispensável para colocar os ativos na localização e condições necessárias para estes operarem conforme pretendido.

As amortizações dos ativos fixos tangíveis foram calculadas pelo método das quotas constantes, tendo como referência as taxas de depreciação definidas no Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento - classificador complementar 2 (CC2), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

De acordo com a Portaria nº 189/2016 de 14 de julho, os códigos e as respetivas vidas úteis relativamente às depreciações do classificador geral do CIBE (cadastro e inventário dos bens do Estado), aprovado pela Portaria nº 671/2000 (2ª Série), mantiveram-se para os bens já detidos até 31/12/2017.

O mapa está reportado em anexo.

IV.6 – Locações

Não aplicável



IV.7 – Custo de empréstimos obtidos

Não aplicável

IV.8 – Propriedades de investimento

Não aplicável

IV.9 – Imparidade de ativos

A DRPM não registou imparidades de ativos no período de relato.

IV.10 – Inventários

A DRPM não tem qualquer valor registado em inventários.

IV.11 – Agricultura

Não aplicável

IV.12 – Contratos de construção

Não aplicável

IV.13 - Rendimentos de transações com contraprestação

Não aplicável

IV.14 - Rendimentos de transações sem contraprestação

Não aplicável.

IV.15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

IV.16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

IV.17 – Acontecimentos após a data de relato

À data, não são reconhecidas quaisquer ocorrências posteriores com impacto significativo nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022.

IV.18 – Instrumentos financeiros

Não aplicável



IV.19 – Benefícios dos empregados

Não aplicável

IV.20 – Divulgações de partes relacionadas

Não aplicável

IV.21 – Relato por segmentos

Não aplicável

IV.22 – Interesses em outras entidades

Não aplicável

V – Documentos Genéricos

V.1 – Relação nominal dos responsáveis (Mod 2)

O mapa está reportado em anexo.

V.2– Responsáveis pelas demonstrações financeiras (Mod 3.1)

O mapa está reportado em anexo.

V.3 – Responsáveis pelas demonstrações orçamentais (Mod 4)

O mapa está reportado em anexo.

V.4 – Ata de apreciação das contas

Este serviço apenas possui um responsável, pelo que as contas não foram sujeitas a aprovação, nem objeto de relatório e parecer por parte de qualquer órgão de fiscalização. Deste modo, não foi elaborada nenhuma Ata.

V.5 – Caracterização da Entidade (Mod 8.1)

O mapa está reportado em anexo.

V.6 – Mapa de acumulação de funções (Mod 10)

O mapa está reportado em anexo.



V.7 – Extrato dos saldos bancários reportados ao fim do exercício

O mapa está reportado em anexo.

V.8 – Reconciliações bancárias (Mod 11)

O mapa está reportado em anexo.

V.9 – Síntese das reconciliações bancárias (Mod 12.1)

O mapa está reportado em anexo.

V.10 – Balancetes analíticos antes e após apuramento de resultados

Os mapas estão reportados em anexo.

V.11 – Reconciliação para o balanço de abertura

Não aplicável.

V.12 – Relatório de gestão

O relatório está reportado em anexo.

V.13 – Relatório de subvenções

O relatório está reportado em anexo.

V.14 - Fundo de Maneio

O fundo de maneio, no ano de 2022, foi constituído por conta de dotação inscrita no orçamento da DRPM, de acordo com o n.º 1 do artigo 11º do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2022/A, de 11 de março e despacho do Secretário Regional do Mar e das Pescas e Regulamento de Fundo de Maneio, datado de 14 de março de 2022.

Na sequência das alterações orgânicas ao Governo Regional dos Açores, introduzidas pela aplicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2022/A, de 29 de abril, revelou-se necessário proceder a novo despacho do Secretário Regional do Mar e das Pescas e Regulamento de Fundo de Maneio, datado de 17 de junho de 2022.

O Fundo de Maneio afeto à DRPM no ano de 2022, foi constituído no montante de 500€ (quinhentos euros), por contrapartida da dotação inscrita na rubrica 06.02.03.00 – Outras despesas correntes.

Os registos contabilísticos orçamentais e extraorçamentais foram efetuados em GERFIP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS
DIREÇÃO REGIONAL DE POLÍTICAS MARÍTIMAS

As despesas de Fundo de Maneio estiveram sujeitas às regras de cabimento prévio e autorização da despesa, à semelhança das restantes despesas. Em complemento utilizaram-se livros de registo para controlo dos pagamentos efetuados, dos processamentos efetuados para reconstituição do fundo de maneio e dos movimentos bancários e de caixa.

Horta, 21 de abril de 2023

O Diretor Regional de Políticas Marítimas,

(Mário Rui Rilhó de Pinho)